



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA
Av. Universitária, S/N, Bairro Ininga. CEP: 64049-550 – Teresina-PI – Brasil
Telefone: (86) 3237-2080. E-mail: bach.cpolitica@ufpi.edu.br



1. IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Planejamento e Assessoria Técnica

Docente: Vitor Vasquez

Carga horária: 60 horas.

Créditos: 4.0.0

Período 2022.2

2. MODALIDADE DO COMPONENTE CURRICULAR

() Remoto (R), desenvolvido por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TDIC), com atividades síncronas e assíncronas;

() Remoto e Presencial (RP), combinando atividades presenciais e remotas síncronas e assíncronas;

(X) Presencial (P), caracterizado pela presença física de docente e/ou discente.

3. EMENTA

Diferentes perspectivas teóricas do planejamento na sociedade industrial. A prática do planejamento no Brasil. O processo decisório na administração pública e privada. Burocracia especializada. Assessoria política. Administração e política. Análise de conjuntura política. Planejamento no âmbito nacional, regional e local. Avaliação de projetos de intervenção.

4. OBJETIVO

Apresentar uma visão geral sobre o campo de planejamento e assessoria técnica na política. Nesse sentido, a disciplina busca apresentar a origem do conceito de burocracia e os principais debates envolvendo a temática. Visa ainda analisar a relação entre política pública e lobby, bem como trazer a visão prática de especialistas sobre a atuação do cientista político em assessoria parlamentar e em organização, realização e interpretação de pesquisas de opinião pública.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

5.1 Planejamento de política – Burocracia e administração estatal:

Introdução ao tema da burocracia;

Burocracia e os pais fundadores.

5.2 Planejamento de política – Críticas ao modelo burocrático:

Críticas teóricas;

Desafios de implementação.

5.3 Assessoria em política - Lobby:

O que é lobby?

Relação entre lobby e política pública.

5.4 Assessoria em política – conversa com especialistas

Assessoria parlamentar;

Pesquisa de opinião;

Lobby.

6. METODOLOGIA

O curso será ministrado através de aulas presenciais expositivas e dialogadas, com apresentação de slide e outros recursos audiovisuais. Os materiais de leitura e as atividades serão disponibilizadas no SIGAA-UFPI.

7. AVALIAÇÃO

A nota final será calculada a partir da média aritmética simples composta pelas seguintes avaliações:

- Nota 1: Atividade relacionada ao tema 3.1 (10 pontos).
- Nota 2: Atividade relacionada ao tema 3.2 (10 pontos).
- Nota 3: Atividade relacionada aos temas 3.1 a 3.5 (10 pontos).

O desempenho dos discentes será acompanhado, através da participação nas aulas, durante todo o curso. Em nenhuma hipótese plágios serão tolerados.

Será considerado APROVADO o discente que:

- Obter média final das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete);
- Obter, após o exame, média final – $(MA + EF) / 2$ – igual ou superior a 6,0 (seis).

Será considerado REPROVADO o discente que:

- Obter frequência inferior a 75% da carga horária;
- Obter média final inferior a 4,0 (quatro);
- Obter média final, após o exame, inferior a 6,0 (seis).

O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído. O requerimento dirigido ao professor responsável pela disciplina, devidamente justificado e comprovado, deve ser protocolado à chefia do Departamento/Curso a qual o componente curricular esteja vinculado no prazo de 03 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da data da avaliação não realizada.

Consideram-se motivos que justificam a ausência do aluno às verificações parciais e/ou ao exame

final: a) doença; b) doença ou óbito de familiares diretos; c) Audiência Judicial; d) Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial; e) Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a Universidade, o Município ou Estado; f) Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados procedentes (Resolução 177/2012 - CEPEX).

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Baptista, M. V. 1981. Planejamento: introdução à metodologia de planejamento social. São Paulo: Moraes.

Bordenave, J. D.; Carvalho, H. M. 1979. Comunicação e planejamento. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cavalcanti, S.; Lotta, G.; Pires, R. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: PIRES, R. et al. (Org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea, 2018.

de Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2011). Burocracia como organização, poder e controle. RAE-Revista de Administração de Empresas, 51(5), 424-439.

Giacomoni, James; Pagnussat, José Luiz (Org.). 2006. Planejamento e orçamento governamental. Brasília, ENAP. (Vol. I e II).

Gozetto, A. C. O.; e Mancuso, W. O que é lobby? Quem faz lobby? In: Lobby e Políticas Públicas. Editora FGV; 1ª Edição, Coleção FGV de Bolso, 2018.

Lipsky, M. (2019). Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos.

Matus, Carlos. 1996. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA.

Medeiros, P. H. R. (2006). Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. Organizações & sociedade, v. 13, n. 37, p. 143-160.

Michels, R. (1982). Sociologia dos partidos políticos, Brasília: Universidade de Brasília.

Santano, A. C.; Miranda Netto, F. G. de; Blanchet, L. A. (2016). O tabu da relação do lobby e políticas públicas no Brasil. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 49-72, jul./dez.

Weber, M. (1993). Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Wilson, W. (2005/1887). O Estudo da Administração. Revista do Serviço Público. Brasília, 56 (3): 349-366.

9. CRONOGRAMA DE AULAS E AVALIAÇÕES

Data	Tema da aula	Leitura prévia ou atividade assíncrona
------	--------------	--

21/11/22	Apresentação da disciplina.	Não se aplica.
09/12/22	Introdução ao tema da burocracia.	de Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2011). Burocracia como organização, poder e controle. RAE-Revista de Administração de Empresas, 51(5), 424-439.
16/12/22	Burocracia e os pais fundadores.	Weber, M. (1993). Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 7-38.
13/01/23	Burocracia e os pais fundadores.	Wilson, W. (2005/1887). O Estudo da Administração. Revista do Serviço Público. Brasília, 56 (3): 349-366.
20/01/23	Críticas teóricas ao modelo burocrático.	Michels, R. (1982). Sociologia dos partidos políticos, Brasília: Universidade de Brasília, p. 219-242.
27/01/23	Críticas teóricas ao modelo burocrático.	Medeiros, P. H. R. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. Organizações & sociedade, v. 13, n. 37, p. 143-160, 2006.
03/02/23	Avaliação 1.	Não se aplica.
10/02/23	O modelo burocrático e desafios de implementação.	Lipsky, M. (2019). Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos.
24/02/23	O modelo burocrático e desafios de implementação.	Cavalcanti, S.; Lotta, G.; Pires, R. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: PIRES, R. et al. (Org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea, 2018.
03/03/23	O que é lobby?	Gozetto, A. C. O.; e Mancuso, W. O que é lobby? Quem faz lobby? In: Lobby e Políticas Públicas. Editora FGV; 1ª Edição, Coleção FGV de Bolso,

		2018. (19-42)
10/03/23	Relação entre lobby e política pública.	Santano, A. C.; Miranda Netto, F. G. de; Blanchet, L. A. O tabu da relação do lobby e políticas públicas no Brasil. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 49-72, jul./dez. 2016.
17/03/23	Avaliação 2.	Não se aplica.
24/03/23	Convidado 1.	Conversa com especialista.
31/03/23 – Avaliação 3.	Convidado 2.	Conversa com especialista.

Teresina, 21 de nov. de 2022.

Professor(a) Vitor Vasquez

Ciência Política (UFPI)